



Mosteiro da Batalha

Guião para visita

Introdução

O objetivo deste guião não é o de facultar toda a informação acerca deste Monumento que é Património Mundial, é, isso sim, o de dar a informação necessária às pessoas, de modo a que, quando visitarem o Mosteiro, se sintam integradas no seu espaço e, desta forma, possam viver a própria visita.

Só assim conseguirão imaginar como era organizado, o porquê de ser assim e com estas características.

Este guião será, essencialmente, um resumo dos principais aspetos da história do Mosteiro, a nível histórico e artístico, uma vez que se trata do expoente máximo da arte gótica em Portugal onde, inclusive, nasceu o Estilo Manuelino.

Quando se escreve alguma coisa acerca de um Monumento, há outras sensibilidades que também queremos desencadear nas pessoas. Aqui, o que se pretende é, precisamente, que as pessoas desenvolvam o respeito e a sensibilidade para a conservação e recuperação de todo o património, neste caso, o Património Arquitetónico Nacional.



Como tudo começou...

Decorria o ano de 1385, a 14 de agosto, véspera do dia da Assunção de Nossa Senhora; estavam os Portugueses e os Castelhanos a preparar-se para um confronto, a Batalha Real (mais conhecida por Batalha de Aljubarrota), que viria a decidir quem iria ficar com o trono português, quando D. João, Mestre de Avis, fez um voto à Virgem – se viesse a ganhar esta batalha, iria construir um monumento grandioso em sua honra.



A força das armas e a destreza das tropas fez com que ganhassem os Portugueses.

Assim sendo, cumpriu D. João I, o voto que tinha feito, mandando construir o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mais vulgarmente conhecido como Mosteiro da Batalha.

A data precisa do início da construção, ninguém conhece. No entanto, consta que tivesse começado a ser construído por volta de 1386 ou 1387, sob a direção do mestre Afonso Domingues, uma vez que o prosseguimento de guerras com Castela e a compra dos terrenos propícios para o efeito (o local onde se travara a batalha não oferecia abundância de água, nem de madeira e a pedra tinha que vir de longe - calcário oolítico, um tipo de pedra abundante nesta zona - tudo materiais essenciais para a construção) atrasaram o começo das obras.



Logo após o início da construção do Monumento, o rei confiou a sua tutela religiosa à Ordem de São Domingos - uma ordem instituída e especialmente vocacionada para a pregação e salvação das almas. Era uma ordem mendicante, que privilegiava o estudo e que tinha como princípio base, a renúncia à posse de bens temporais, vivendo em rigorosa pobreza e das esmolas que recebia.

Tiveram influência nesta decisão o seu confessor Frei Lourenço Lampreia (dominicano) e o chanceler João das Regras (simpatizante desta ordem). O Mosteiro é doado, a título perpétuo, com os seus direitos e pertenças, a esta mesma Ordem, ficando a cargo de Frei Lourenço Lampreia.

O local escolhido para a construção, a cerca de 3 km do campo de batalha, foi a chamada Quinta do Pinhal, uma zona com cerca de 14 ha, comprada a Egas Coelho, então seu partidário e companheiro de armas, e a sua mãe, Maria Fernandes de Meira. Esta localização ficava também perto das principais vias de comunicação

daquele tempo que davam acesso aos pontos mais importantes da região e a Lisboa.

Como não havia população aqui perto, a Vila, hoje chamada de Batalha, nasceu associada à construção do Mosteiro, uma vez que os seus construtores precisavam de sítio para se instalar.

De um pequeno núcleo habitacional, começaram a abrir-se ruas, estradas, etc., e desta forma, à medida que o tempo passava, foi elevada à categoria de Vila a 18 de março de 1500 por D. Manuel I.



O Mosteiro: um percurso de seis séculos

O Monumento com que nos deparamos hoje não é propriamente igual ao Mosteiro quatrocentista ou quinhentista. Registam-se muitas diferenças, tanto a nível de instalações e espaços como a nível das funções para os quais foram concebidos.

Para tais diferenças, contribuíram, primeiro que tudo, 3 grandes fatores aos quais não podemos ficar alheios:

- 1º Terramoto de 1755,
- 2º Invasões Francesas (em 1808 e 1810),
- 3º Extinção das Ordens Religiosas, com o conseqüente abandono do próprio espaço conventual e a confiscação deste património a favor do Estado.

Desta forma, e, em primeiro lugar, o terramoto veio destruir muitas partes do Mosteiro, algumas das quais nunca mais chegaram a ser reconstruídas.

Depois, às invasões francesas, associa-se um rasto de destruição muito grande, acompanhado de pilhagens, fogos, etc., o que fez com que se perdesse muita coisa, mas, mais grave ainda, é que se perdeu um terceiro e um quarto claustro, começados a construir cerca de 1551, e que ficaram reduzidos a umas paredes.

Por último, o processo de extinção das Ordens Religiosas em Portugal também foi um fator que não contribuiu em nada para que as destruições ficassem por aqui.

Acresce ainda que, no pós-liberalismo, havia, por parte do Estado, uma necessidade urgente de realizar receitas e, ao mesmo tempo, assistia-se a uma “onda” anticlerical. O Mosteiro chegou mesmo a ser colocado em hasta pública, para venda, mas os montantes eram muito avultados e ninguém conseguiu arrematá-lo.

Desta forma, o património, ao abandono, começou a degradar-se cada vez mais e, para além disso, com os frades fora do Mosteiro, começaram a aparecer outros “visitantes” indesejados. Pessoas que, com o espaço agora desocupado, se sentiam à vontade para levarem o que quer que fosse.

O Mosteiro esteve assim, neste estado de degradação, até 1840, altura em que se iniciaram as grandes campanhas de restauro dos Monumentos Nacionais.

Este Monumento teve a felicidade de ser o primeiro monumento português a ser objeto de uma intervenção de restauro, pela mão de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Inspetor-geral das Obras Públicas do Reino e responsável pela obra.

Este restauro, iniciado à luz da mentalidade romântica que grassava em Portugal, insere-se numa dinâmica de valorização do estilo gótico que se vive um pouco por toda a Europa desde finais do século XVIII.

Em 1836, D. Fernando II, chega a Portugal para casar com a Rainha D. Maria II, e numa das suas viagens pelo país, dá-se conta da degradação em que o Mosteiro se encontra. Não fica indiferente e, de regresso a Lisboa, efetua diligências junto do Governo, aproveitando a sua influência, para assim conseguir o restauro que, segundo o próprio, era para “esse monumento pelo qual eu tenho uma espécie de fanatismo”.

Com o decorrer dos restauros, o monumento começou a ter uma nova vida, mas já muita coisa se tinha perdido até então.

Mais tarde, a instalação de várias instituições dentro de alguns espaços, também vai fazer com que, mais uma vez, haja alterações nas dependências do próprio Monumento. É preciso ter em conta que ele já foi palco de muitos acontecimentos e utilizações: já foi escola, prisão, quartel de bombeiros, posto de correios, repartição de finanças, etc.

No entanto, uma coisa perdura!... Continua a ser o Expoente do Gótico e um dos mais vastos conjuntos conventuais medievais levantados em Portugal e, por último, o Monumento onde, segundo Afonso Lopes Vieira, “Mais Pátria há”.

Devido ao seu valor, em 1907 é considerado Património Nacional.

Em 1980 é criado o Museu do Mosteiro pelo Decreto-lei 559/80 de 4 de Dezembro e o seu quadro de pessoal é publicado no ano seguinte, ficando a pertencer ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Em 1983 entra para a lista dos monumentos classificados como Património Mundial pela UNESCO.

Estilos Arquitetônicos no Mosteiro

O Mosteiro de Santa Maria da Vitória é o monumento mais significativo do Gótico no espaço português. A esta importância arquitetônica, corresponde também, até certo ponto, a da escultura, quer a nível da imaginária e da escultura decorativa, quer, sobretudo, a nível da sua tumulária.

O primeiro mestre do Mosteiro, Afonso Domingues, começa por dar-lhe um sentido mais simples com o Gótico Radiante, mas depois, Huguet, introduz o Gótico Flamejante, mais rico, como se pode notar na Capela do Fundador e na Fachada Principal do Mosteiro.

Usam-se, muitas vezes, grandes aberturas nas paredes, propostas que também não eram normais na arquitetura portuguesa, assim como elementos que acentuam a adoção de técnicas aprendidas no estrangeiro adotadas ao contexto português.

As abóbadas são mais leves. O estilo é de linhas verticais com arcos quebrados, gabletes, pináculos, etc.

Ao passarmos na estrada, deparamo-nos com a fachada principal, que deixa adivinhar uma igreja com três naves onde impera o verticalismo e, onde a nave principal é mais alta que as laterais devido aos altos contrafortes e arcobotantes que apresenta de cada um dos lados e cuja importância é vital como elementos de suporte e decoração. Todo o Mosteiro é trabalhado apresentando rendilhados em todas as partes. As gárgulas enriquecem este conjunto monacal.

Ao entrarmos no Monumento, deparamo-nos com coberturas em abóbada, na sua maioria cruzadas e estreladas, e com altas janelas preenchidas com vitrais localizados, grande parte, na Cabeceira da Igreja e na Capela do Fundador.



O Manuelino, também se encontra presente neste Monumento, nomeadamente no Claustro Real e nas Capelas Imperfeitas.

Os arcos ogivais foram mantidos, com algumas inovações, nos sistemas de cobertura (redes complexas de nervuras). Acrescentaram-se ao Monumento novos motivos decorativos que têm a ver com a exuberância de símbolos marítimos e formas vegetais estilizadas, esferas armilares, cruzes de Cristo, flores de lótus, etc.

Por último, o Estilo Renascentista está presente nos arcos de volta perfeita do balcão ou varanda que está por cima do portal das Capelas Imperfeitas. A sua ornamentação inspira-se na gramática decorativa das ordens greco-romanas dando, novamente, maior atenção ao corpo humano e suas proporções.

Aparece, assim, encastrado no estilo Manuelino que caracteriza o resto deste espaço e que nada tem de semelhante ao balcão. É datado de 1533 e é atribuído a Miguel de Arruda, um verdadeiro arquiteto do Renascimento.



Quem foram os mestres do mosteiro?

A construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória demorou muito tempo a estar “concluída”.

Durante esse tempo, foram-se sucedendo vários Mestres de Obras, alguns colocados à frente da obra mais que uma vez e outros que mal tiveram tempo para ver em que estado as obras andavam. Mas alguns houve que se destacaram dos outros, como foi o caso de:

- **Afonso Domingues** (primeiro Mestre do Mosteiro) – desde o início da construção até cerca de 1401.
- **Huguet** (2º Mestre do Mosteiro, de origem estrangeira) – aparece pela 1ª vez em 1401/2 até 1437; parece que faleceu nos princípios de 1438
- **Martim Vasques** – Desde 1438, vindo a falecer em data ignorada, entre Setembro de 1447 e agosto de 1448.
- **Fernão de Évora** – sobrinho de Martim Vasques, Mestre-de-obras desde 1448 até à sua morte em 1477.
- **Guilherme** – desde 1477, mas não se sabe até quando foi Mestre.
- **Mateus Fernandes** – Aparece pela primeira vez em 1480, mas é demitido pelo rei para dar o cargo a João Rodrigues. Aparece novamente em 1490 e vai permanecer até 1515, data da sua morte. É neste segundo período que ele é o grande animador da obra.
- **João Rodrigues** – desde 1480 mas não se sabe até quando, também considerado como Mestre das vidraças
- **João de Arruda** – desde 1485 mas não se sabe até quando.
- **João de Castilho** – desde 1528 até 1532
- **Miguel de Arruda** – desde 1533 até data incerta.

O Mosteiro: espaços e vivências

Quando nos aproximamos da Fachada Principal, deparamo-nos com um portal totalmente esculpido, definido por um arco de linhas curvas e contracurvas (conopial ou de carena) que acaba numa parte pontiaguda onde estão esculpidos os escudos de armas de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. No topo aparece Cristo coroando a Virgem e só depois, dentro do próprio arco, separando estas imagens das outras, é que aparece tudo o resto.

Este arco representa a Corte Celestial e tem seis arquivoltas de arco quebrado que, na parte superior, formam o tímpano onde estão os quatro evangelistas com os respetivos atributos e Cristo em Majestade. As arquivoltas têm 78 imagens separadas entre si por baldaquinos e que, à medida que se aproximam do centro, representam um grau mais elevado na hierarquia da Igreja. São elas as seguintes: nas duas últimas arquivoltas, Santos, Santas e Mártires, na seguinte, os Reis de Israel, depois, os profetas, na segunda, os anjos músicos com os instrumentos musicais medievais, como é o caso do órgão portativo, charamela, saltério, viola de arco, etc., e, na primeira, os serafins, representados com os seus 3 pares de asas e simbolizando o grau mais elevado na hierarquia angelical. Nas jambas do portal temos 12 figuras que se destacam pelo seu tamanho, consideravelmente superior ao das outras, são elas os doze Apóstolos, aqui também representados como sendo os pilares da Igreja, uma vez que se encontram a “suportar” todas as outras figuras indicando claramente a simbologia do “ide e espalhai pelos 4 cantos ...”

Entramos no monumento e observamos uma igreja, de planta simples de cruz latina, de conformidade com o tipo tradicional de plantas portuguesas. À entrada, está a campa rasa de Mateus Fernandes e à direita, a do Cavaleiro Diogo Gonçalves de Travaços, que esteve nas conquistas de Ceuta, foi conselheiro do Infante D. Pedro, regedor das suas terras e aio dos seus filhos. Sepultado junto à Capela do Fundador, ainda hoje a guardar o Panteão Real, temos a campa de Martim Gonçalves de Maçada, que salvou a vida do rei D. João I, na Batalha de Aljubarrota.



A construção da igreja foi iniciada pela cabeceira, prolongando-se então pelas naves e, por último, o portal e a fachada principal. É uma igreja composta por três naves (a nave principal, mais elevada, e duas naves laterais), e quatro capelas absidais.

Nas janelas das naves estiveram os vitrais mais antigos e famosos do Mosteiro, e que são também os mais antigos conhecidos em Portugal – do séc. XV. Juntando-se-lhe também os vitrais da Capela-mor, que encenam partes importantes da Bíblia e que datam de duas épocas diferentes – segunda década do séc. XVI (sobretudo 1514-1517), durante o reinado de D. Manuel, como é o caso da Anunciação e Visitação, os Reis Magos e a Fuga para o Egipto, etc., e do século XX, feitos por Ricardo Leone para, possivelmente, substituir painéis desaparecidos ou de impossível recuperação.

Sobre o portal lateral da igreja temos a imagem da Padroeira, Nossa Senhora da Vitória, e, à sua frente, no topo norte, a de Nossa Senhora das Dores. (local onde, outrora, esteve o Altar de Jesus, hoje presente na Capela das Trinas, em Lisboa).

A igreja é totalmente abobadada, com 32 grandes aberturas no seu corpo, o que constitui uma exceção na arquitetura gótica portuguesa e que demonstra já inovações e influências da Europa. Prova disso é também a abóbada da capela-mor, cujo tipo surge aqui pela primeira vez em Portugal.

Na capela-mor, houve, noutros tempos, o altar-mor – hoje situado no cruzeiro – e o coro, onde eram entoados os cânticos religiosos e do qual, não restam vestígios.

As capelas absidais tiveram quase todos altares de talha ou de mármore embutido, servindo algumas delas provisoriamente, durante mais de 400 anos como locais dos túmulos destinados ao Panteão de D. Duarte.

A norte da Igreja existe ainda a Sacristia, com uma pequena dependência anexa chamada Casa da Prata, onde se guardou o Tesouro do Mosteiro (ambas fechadas ao público por motivos de obras).

A igreja sofreu transformações, por volta de 1425, ano em que se acrescentou a esta planta, a Capela do Fundador, ordenada pelo rei, para jazigo de “filhos e netos de reis” uma vez que a porta de acesso a este local comunica com a nave lateral direita. Surge assim, pela primeira vez em Portugal, um espaço próprio para panteão régio.

A Capela do Fundador é um espaço quadrado, com topo octogonal e cerca de 19,80 metros de lado e onde está presente o mausoléu real.

Terá sido começada por volta de 1425 e concluída em 1434, ano em que lá foram sepultados D. João I e D. Filipa de Lencastre.

Além da cúpula, cuja chave da abóbada gótica tem esculpidas as armas reais de D. João I, há 8 abóbadas de aresta trapezoides, mais pequenas, todas com rendilhado de pedra de motivos vegetalistas. Internamente, o octógono é sustentado por arcos peraltados, colocados de forma oblíqua em relação às paredes, assentes em capitéis de folhagem. O intradorso de cada um é decorado e policromado.



No exterior, apresentou, primeiramente, um outro tipo de remate, formando, uma pirâmide, que desapareceu depois de ter caído, com o terramoto de 1755.

Existem também 18 janelas, todas elas preenchidas com vitrais. Muitos desses vitrais já são modernos, no entanto, em algumas bandeiras, ainda existem pequenos fragmentos do século XV com escudos de armas, emblemas, divisas, etc.

Na parte central está o túmulo conjugal do rei fundador, D. João I e de D. Filipa de Lencastre assente sobre oito leões. Este túmulo pertence a um novo “tipo” de túmulos, em que existe a tendência para um maior naturalismo, uma preocupação crescente no que respeita ao tratamento da figura humana; desta forma, este túmulo, apresenta as estátuas jacentes do rei e da rainha como se tivessem a ser vistas de cima. O rei é representado com a sua armadura de guerreiro e na mão a espada, e a rainha com um manto, o livro das horas numa mão e a outra a segurar a mão do marido (representando, por um lado, um a mãe extremosa e cristã e, por outro, uma esposa dedicada). – Este tipo de túmulos conjugais é de influência inglesa.



É um túmulo de grandes dimensões e que, ao contrário da tradição, não tem as faces povoadas de imagens de santos ou cenas bíblicas, tem apenas, e de cada lado respetivamente, em latim, os epitáfios do rei e da rainha, referentes aos seus méritos e ações. À cabeceira do túmulo, sobre as cabeças dos soberanos, estão dois baldaquinos, com as armas reais, outrora policromadas, e a cruz da Ordem da Jarreteira com a inscrição “honny soit qui mal y pense”. Em toda a volta existe um friso ornamentado por estilizações de folhagem e onde se pode ler a divisa de D. João I “Pour bien” e a de sua esposa “Il me plait”.

A ladear o túmulo, do lado sul, e da esquerda para a direita, estão os túmulos dos seus filhos, inseridos em arcosólios (molduras arquitetónicas com motivos muito semelhantes aos da fachada principal da igreja), os infantes, cada um com a respetiva mote e respetivos escudos: D. Fernando, o Martir de Fez, D. João, Mestre da Ordem de Santiago e sua esposa D. Isabel de Barcelos, D. Henrique o Navegador, Duque de Viseu e Mestre da Ordem de Cristo, único com estátua jacente, e o de D. Pedro, Duque de Coimbra, Regente do reino na menoridade de D. Afonso V, seu sobrinho, morto, mais tarde, em Alfarrobeira, e sua esposa, D. Isabel de Aragão.



A poente estão os túmulos dos reis D. Afonso V, o Africano, e de sua esposa D. Isabel de Coimbra, D. João II, o Príncipe Perfeito e, em último, o filho deste, o Príncipe D. Afonso, que morreu precocemente, de uma queda de cavalo. Este espaço está incorretamente preenchido com estes túmulos neogóticos, mandados fazer no final do século XIX, uma vez que eram para ficar, juntamente com D. Duarte nas Capelas Imperfeitas. Nas outras paredes da Capela existiram outrora, no lado nascente, altares, com pinturas, cada um pertencente a cada Infante, com o seu santo ou santa de devoção, e que desapareceram sem deixar rasto a partir das invasões francesas. No lado poente, consta que existiam armários onde eram guardados os paramentos e alfaias litúrgicas necessárias para as celebrações religiosas.



Junto ao túmulo de D. João I, existia também um altar, com o apostolado.

Hoje já nada resta do que faça lembrar o que foi, realmente, o primitivo arranjo da Capela, com um valioso recheio de paramentos, pinturas, ourivesaria e armaria.

Além da Igreja e da Capela do Fundador, existem também dois Claustros, ou seja duas galerias cobertas, quadrangulares, em torno de um pátio e que permitiam a circulação fácil e rápida entre os vários locais, bem como a realização de atividades monásticas ou, simplesmente, o abrigo das chuvas e ventos ou um passeio dos frades.

O primeiro é o chamado Claustro Real ou de D. João I. É um claustro com cerca de 55 metros de lado, 4 galerias e 7 tramos em cada uma, mais 4 comuns aos ângulos. É de construção inicialmente gótica e só tem um piso, como era costume naquela

época, o que faz com que as coberturas também sirvam de terraços que percorrem todas as galerias. Está coberto por abóbadas de cruzaria e, na parte virada para o centro, apresenta grandes contrafortes rematados com gárgulas. Este claustro foi começado a par com a igreja, nos últimos anos do século XIV, e continuado, a partir de 1402, por Huguet.



Os arcos ogivais são do tempo de D. João I, mas no de D. Manuel é introduzido o “retoque final”, procedendo-se ao preenchimento das bandeiras. Desta forma, Mateus Fernandes adornou todo o seu interior com um fino rendilhado manuelino, com motivos vegetalistas, (troncos, ramos, folhas e frutos), cruzes de Cristo e esferas armilares, tudo assente em colonelos.

Os capitéis são todos trabalhados com elementos vegetalistas, excetuando um que tem representados dois pares de frades, nitidamente dominicanos e que seguram grandes livros abertos.

Ao chegarmos ao centro do Claustro, a oriente, avistamos uma construção pontiaguda, em forma de cone ou flecha, a que chamamos o Coruchéu da Cegonha e mais à esquerda uma pequena torre sineira.

Voltando ao interior, podemos observar o portal ogival que dá acesso à Sala do Capítulo, ladeado de amplos janelões geminados. Todo ele é esculpido com motivos de folhagens ou pequenas cabeças e figurações humanas.

A Sala do Capítulo era a sala onde se reuniam os frades, presididos pelo prior, para a leitura do capítulo ou da vida dos santos. Servia para todas as assembleias, em especial quando era preciso decidir qualquer assunto de interesse geral para o convento.

No caso do Mosteiro da Batalha, é um recinto quadrado, com cerca de 19 metros de lado, nu e sombrio mas grandioso e com uma arquitetura bastante arrojada. A única abóbada que a sala tem é em forma de estrela, de oito pontas, com 16 nervuras radiantes e não tem qualquer tipo de pilar ou coluna a sustentá-la. A chave central ostenta as armas do rei D. João I. Tem também 8 chaves secundárias, em toda a volta da principal, todas elas representando motivos vegetalistas. A construção é de tal forma arrojada que inspirou o historiador e romancista português, do século XIX, Alexandre



Herculano, a construir uma lenda – a chamada “lenda da abóbada”, onde diz que “a abóbada não caiu. A abóbada não cairá”.

Na mísula, a um canto da sala, está uma figura com um chapéu com pano pendente e uma régua na mão, representando um arquiteto, supostamente o responsável pela sua construção, havendo mesmo quem diga que se trata de Afonso Domingues, apesar de este já ter falecido quando a sala foi acabada.

Na parede do fundo está um grande janelão preenchido com um vitral que representa a Cenas da Paixão de Cristo e que tem a data de 1514.

Neste espaço encontra-se ainda o Monumento aos Soldados Desconhecidos, cujas ossadas foram trasladados em 1921 para a Batalha e tumuladas em 1924. A alumia-lo está um lampadário, de ferro forjado, emanando uma luz ténue, sempre aceso, com uma torcida embebida em azeite, a que chamamos a “Chama da Pátria”. Esta obra do Mestre Lourenço de Almeida, oferecida pela 5ª Divisão Militar de Coimbra, é uma peça de arte revivalista que representa os soldados de todos os tempos.



Por cima da campa rasa, temos também a imagem do Cristo das Trincheiras que acompanhou as tropas Portuguesas nos campos de batalha, na Primeira Guerra Mundial.

Na campa rasa do soldado desconhecido estão escritos os seguintes dizeres: “Portugal eterno nos mares nos continentes e nas raças ao seu soldado desconhecido morto pela Patria”.

Quando saímos desta sala, se formos para a nossa direita, encontramos um belo portal manuelino que dá acesso ao antigo dormitório dos frades. Este espaço é muito grande, amplo e retangular, com cerca de 50 metros de comprimento por cerca de 10 de largura. Contudo é um espaço harmonioso, onde existe uma grande abóbada de berço quebrado que emprega volumosos arcos torais góticos.

Este espaço chegou aos nossos dias com um outro nome “Adega dos Frades”, talvez pela razão de ter sido usado para várias coisas, cada vez que havia a necessidade de acrescento e / ou remodelação dos espaços (neste caso como adega e armazém de fruta). Hoje é o espaço onde está o Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha.

No ângulo noroeste está o pavilhão do lavatório, de dois tramos abobadados e com altas janelas ricamente decoradas por Boutaca. O lavatório, de traço manuelino, é constituído por várias taças sobrepostas, decoradas com carrancas e por onde, ainda hoje, corre água da nascente da Jardoeira. Servia para a tonsura e para a higiene dos frades, antes e depois das refeições.



Próximo, encontramos o antigo refeitório, espaço com cerca de 30 metros de comprimento e 7 de largura, com abóbada de berço quebrado e onde os frades, faziam as suas refeições em comum. Hoje o espaço é utilizado como o Museu de Oferendas ao Soldado Desconhecido e é onde estão depositados todos os tributos de várias nações, personalidades e ex-combatentes ao Soldado Desconhecido.

Já nada resta deste primitivo refeitório, a não ser um púlpito ou tribuna que está numa das paredes e que servia para, aquando das refeições, um frade proceder à leitura de textos sagrados. A passagem dos pratos e outros utensílios era feita através de aberturas que comunicavam com a cozinha, de que hoje ainda restam vestígios, na parede.

No corredor de comunicação do Claustro Real com o Claustro de D. Afonso V temos a antiga cozinha onde, ainda hoje, é possível observar restos da primitiva chaminé, e aberturas nas paredes que seriam os armários onde se guardavam os utensílios necessários para confeccionar as refeições.



A norte do Claustro Real fica o Claustro de D. Afonso V, de menores dimensões (não chega a ter 45 metros de lado) e muito mais simples a nível de arquitetura. Este claustro já reflete um ar mais austero associado aos ideais das ordens mendicantes. Foi construído na segunda metade do século XV, sob a direção de Martim Vasques e Fernão de Évora, e é um dos primeiros a aparecer em Portugal com dois pisos, o que representava uma inovação para a época.



Também ele é constituído por 4 galerias com 7 tramos cada e mais 4 comuns aos ângulos, abobadadas sobre forte cruzaria simples, de duas ogivas. Do

lado do centro apresenta arcos quebrados e emparelhados. As chaves das abóbadas, são mais pequenas, perderam o rendilhado do claustro anterior e agora têm representados os escudos reais de D. Afonso V (o rodízio de Sta. Catarina, representado sempre entre lágrimas) e de D. Duarte (as argolas de troncos entrelaçados).

No piso superior, a cobertura de pedra é substituída pela de telha e madeira (no interior). Deixa de ter terraços e passa a ter um telhado inclinado, de uma só água.

Este claustro comportava várias dependências monacais, tanto no primeiro piso como no segundo, cujas funções respondiam às necessidades mais comuns do quotidiano dos frades dominicanos. Assim sendo, no primeiro piso tínhamos a cozinha, a casa da lenha e do azeite, a dispensa, um refeitório pequeno (usado só em ocasiões especiais), o lagar do vinho, oficinas que serviam para os trabalhadores e a chamada “cloaca”, que seriam as primitivas latrinas. No segundo piso estavam os dormitórios, a livraria e o cartório do Mosteiro.

Chegou a existir um terceiro e um quarto claustro, construídos nos meados do século XVI. Estes claustros, segundo consta, seriam grandes e com inúmeras dependências de Serviçais, Irmãos Leigos, Conversos e Professos. Lá existiam mais dormitórios, a hospedaria, a enfermaria, a escola, a sala dos serviçais, palheiros, estábulos, o celeiro, a cocheira, etc. Estes claustros tinham ligação com o de D. Afonso V, e eram tão grandes que chegavam à atual porta das Capelas Imperfeitas. Infelizmente, com as invasões francesas, não foram poupados às inúmeras barbaridades que os soldados de Napoleão cometeram e, assim, pegaram-lhe fogo, chegando mesmo a afetar o Claustro de D. Afonso V. Mais tarde foram completamente demolidos.

Se avançarmos mais um pouco, chegamos às Capelas Imperfeitas, um espaço ligado à parede da cabeceira da igreja por um pátio retangular construído no período manuelino. D. Duarte terá ordenado a construção desta dependência, como panteão privativo para si, sua família e descendência.

De forma octogonal, apresenta sete capelas radiantes, cada uma ligada entre si por uma construção mais pequena, de planta trapezoidal e que serviria de sacristia, onde eram guardados todos os paramentos e alfaias religiosas necessárias à celebração da Eucaristia, o oitavo lado é preenchido pelo deslumbrante portal manuelino que lhes dá acesso.

Cada capela apresenta as armas e os símbolos daquele ou daqueles que iria acolher.



O portal manuelino a que nos reportamos anteriormente é uma exuberante construção com cerca de 15 metros de alto por 7,5 de largura, construída no início do século XV por Mateus Fernandes. Todo ele é composto por inúmeras arquivoltas trilobadas ou de carena.

A decoração é composta, na sua grande maioria, por elementos vegetalistas, (ramos, hastes, troncos, folhas, etc.) tão minuciosamente trabalhados que, para alguns historiadores, lembra a arte mudéjar, de influência árabe.

O uso de grafismos, aqui na Batalha, é uma constante, aparecendo, mais uma vez, neste portal, agora indicando a divisa de D. Duarte, “leauté faray”, “tã ya serey”. Esta inscrição aparece, repetidas vezes nas 4 primeiras arquivoltas do portal, sendo que a primeira parte aparece 3 vezes e a última, como remate, 204 vezes.

Sobre o portal ergue-se uma construção que se destaca deste conjunto, trata-se de uma varanda ou balcão - uma tentativa, no tempo de D. João III, de continuar e concluir a construção deste espaço. Esta varanda, tipicamente renascentista, e com características, estrutura e decoração de raiz italiana, é uma joia da arquitetura clássica, da autoria de Miguel de Arruda, é datada de 1533.



D. Duarte, hoje, está sepultado na capela axial, de frente para o magnífico Portal Manuelino que dá acesso ao espaço central desta parte do edifício.

A capela à direita da de D. Duarte seria para D. João II, uma vez que tem o seu símbolo e escudo de armas, a seguinte para D. Manuel. Para D. Afonso V, estaria reservada a do seu lado esquerdo (atualmente, com um túmulo, de pequenas dimensões, do seu filho primogénito, D. João). Nas outras duas restantes capelas estão túmulos que foram lá colocados, por altura dos restauros, uma vez que se encontravam na Igreja do Mosteiro, e que pertenciam, um, a pessoas da família dos Condes de Miranda, e o outro, não se sabe bem a quem, uma vez que tem o escudo de armas picado.



Para além deste Panteão, acoplado ao Mosteiro, havia também outras partes que faziam parte do legado monástico e que desapareceram. Foi o caso da cerca conventual, por onde corria uma ribeira abarcando todas as suas terras de cultivo, vinhas, matas e pomares – vendida em hasta pública em 1835.

Desapareceu também a pequena igreja gótica de Sta. Maria a Velha, local onde se realizaram os primeiros ofícios religiosos, enquanto se construía o Mosteiro, e espaço onde foram enterrados alguns Mestres.